Instituto de Higiene e Medicina Tropical

Aviso n.º 3426/2005 (2.ª série). — *Abertura de concurso interno de acesso geral para preenchimento de um lugar de técnico especialista de 1.ª classe de análises clínicas e saúde pública da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica.* — 1 — Nos termos dos artigos 15.º, n.º 4, 34.º, 35.º, 37.º, 38.º, 39.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, conjugados com o disposto no n.º 3 do n.º 3.º da Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro, faz-se público que, por meu despacho de 22 de Outubro de 2004, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias úteis a contar a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para o preenchimento de um lugar de técnico de diagnóstico e terapêutica, técnico especialista de 1.ª classe, da área de análises clínicas e saúde pública, da carreira técnica de diagnóstico e terapêutica, do quadro de pessoal do Instituto de Higiene e Medicina Tropical, aprovado pelo despacho n.º 15 670/2004.

2 — Prazo de validade do concurso — o concurso é válido para a vaga mencionada no número anterior, caducando com o respectivo preenchimento.

3 — Legislação aplicável — Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro, e Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, e posteriormente alterado na redacção do Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

4 — Conteúdo funcional — o conteúdo funcional do lugar a preencher é o descrito no n.º 1, alínea a), do artigo 5.º, no artigo 6.º e no n.º 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

5 — Remuneração — a prevista para a categoria de técnico especialista de 1.ª classe, constante do anexo II, mapa III, do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

6 — Local de trabalho — as funções inerentes à categoria serão desempenhadas na Unidade de Micobactérias do Instituto de Higiene e Medicina Tropical, sito na Rua da Junqueira, 96, 1349-008 Lisboa.

7 — Requisitos de admissão ao concurso:

7.1 — Requisitos gerais — os constantes do n.º 2 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

7.2 — Requisitos especiais — os constantes do n.º 4 do artigo 15.º, nomeadamente deter a categoria de técnico especialista de análises clínicas e saúde pública, da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica, com pelo menos três anos de experiência de funções na categoria e avaliação de desempenho de *Satisfaz*.

8 — Métodos de selecção a utilizar — nos termos previstos no n.º 3 do artigo 3.º da Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro, são utilizados os de avaliação curricular e prova pública de discussão da monografia, sendo os candidatos ordenados de acordo com a fórmula nele definida.

8.1 — A avaliação curricular resulta do somatório dos valores obtidos nos elementos previstos nos anexos III e V da Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro.

8.2 — A discussão da monografia tem por objectivo avaliar a capacidade dos candidatos para o exercício de funções de estudo e aplicação de métodos e processos de natureza técnica no âmbito das funções da categoria e da profissão.

9 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas através de requerimento solicitando a sua admissão ao concurso dirigido ao director do Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade Nova de Lisboa, sito na Rua da Junqueira, 96, 1349-008 Lisboa, entregue pessoalmente na Divisão de Gestão de Recursos Humanos do Instituto, contra recibo, ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, remetido à mesma entidade e para o mesmo endereço, dele devendo constar os seguintes elementos:

- Identificação completa do candidato (nome, filiação, data de nascimento, naturalidade, estado civil, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número fiscal de contribuinte e respectiva repartição fiscal, residência, código postal e telefone);
- Habilitações literárias e profissionais;
- Referência ao aviso de abertura do presente concurso, com indicação do número, da data e da série do *Diário da República* em que o mesmo se encontra publicado;
- Menção dos documentos que acompanham o requerimento.
- Declaração, sob compromisso de honra, de que reúne os requisitos gerais de provimento em funções públicas;
- Quaisquer outros elementos que o candidato entenda relevantes para a apreciação do seu mérito.

9.1 — Os requerimentos deverão ser acompanhados dos seguintes documentos:

- Documentos, autênticos ou autenticados, comprovativos das habilitações literárias e profissionais;
- Curriculum vitae*;
- Documento comprovativo da titularidade da categoria de técnico especialista de análises clínicas e saúde pública, das res-

pectivas avaliações de desempenho nos anos relevantes para o concurso e ainda da antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;

- Documento do qual constem as funções efectivamente desempenhadas pelo candidato;
- Monografia;
- Outros elementos que os candidatos repute susceptíveis de influir na apreciação do seu mérito ou de constituir motivo de preferência legal.

9.2 — O requerimento de admissão ao concurso terá de ser obrigatoriamente acompanhado de todos os documentos exigidos no aviso de abertura do concurso, sob pena de exclusão, conforme o n.º 4 do artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

10 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida, documento comprovativo das declarações prestadas.

11 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

12 — A relação dos candidatos e a lista de classificação final do concurso serão afixadas no *placard* da Divisão de Gestão de Recursos Humanos do Instituto.

13 — O júri do concurso tem a seguinte composição:

Presidente — Maria Teresa da Conceição Ferreira de Almeida, técnica-coordenadora (especialista de 1.ª classe de análises clínicas e saúde pública) do Serviço de Patologia Clínica da Maternidade do Dr. Alfredo da Costa.

Vogais efectivos:

Iponina Pereira de Vasconcelos, técnica especialista de 1.ª classe de análises clínicas e saúde pública do serviço de patologia clínica do Hospital de São José, Centro Hospitalar de Lisboa.

Maria Dulce Meruje Gordino, técnica especialista de 1.ª classe de análises clínicas e saúde pública do Centro de Histocompatibilidade do Sul — Luso Transplante (Faculdade de Ciências Médicas).

Vogais suplentes:

Maria Helena Brás, técnica especialista de 1.ª classe de análises clínicas e saúde pública do Departamento de Microbiologia da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa.

Isabel Dionísio Barroso, técnica especialista de 1.ª classe de análises clínicas e saúde pública do Departamento de Microbiologia da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa.

13.1 — A 1.ª vogal efectiva substituirá a presidente nas suas ausências e impedimentos.

16 de Março de 2005. — O Director, *Jorge Torgal*.

Despacho (extracto) n.º 6781/2005 (2.ª série). — Informam-se os interessados que se encontra afixada no átrio deste Instituto a lista de antiguidade do pessoal reportada a 31 de Dezembro de 2004.

O prazo de 30 dias para reclamações, previsto no artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, começa a contar a partir da publicação do presente aviso.

9 de Março de 2005. — A Secretária Executiva, *Maria José de Freitas*.

Despacho (extracto) n.º 6782/2005 (2.ª série). — Por despacho de 2 de Março de 2005 do reitor da Universidade Nova de Lisboa:

Licenciada Maria José de Freitas — autorizada a renovação da comissão de serviço, por três anos, no cargo de secretária executiva deste Instituto, a partir de 25 de Janeiro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Março de 2005. — O Director, *Jorge Torgal*.

UNIVERSIDADE DO PORTO

Reitoria

Deliberação n.º 453/2005. — Por deliberação da secção permanente do senado, em reunião de 19 de Janeiro de 2005, sob proposta do conselho científico da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, foi alterada a estrutura curricular do curso de mestrado em